

MUNICÍPIO DA SERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 051, DE 25 DE JULHO DE 2025.

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Serra,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Autógrafo de Lei nº 6.184 de 30 de junho de 2025, cuja ementa é a seguinte: "Institui no Calendário Oficial de Eventos de Serra, Espírito Santo, o "Dia Municipal do Jiu-Jitsu" e da outras providências".

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Município manifestou-se pela inconstitucionalidade aos seguintes dispositivos:

Art. 2°:

- § 1° O Poder Executivo Municipal, por intermédio do órgão competente, poderá organizar e coordenar as atividades relativas ao "Dia Municipal de Jiu-Jitsu".
- § 2° O Poder Executivo Municipal, por meio de seu órgão competente, poderá promover a divulgação do projeto e fornecer o suporte estrutural e técnico para que o evento ocorra de maneira segura.

Art. 3°:

Art. 3º Para a realização do evento, serão disponibilizados recursos orçamentários específicos, proveniente do orçamento municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.

RAZÕES DO VETO

Conforme se extrai do PARECER Nº. 319/2025, "Pois bem, este Ente Municipal não dispõe de legislação voltada à fixação de critérios para a instituição de datas ou eventos no calendário da Municipalidade, sendo a matéria tratada como "assunto de interesse local", que o Município tem competência para dispor nos termos do art. 30, I, da LOM.

Art. 30 - Compete ao Município da Serra:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ou seja, a fixação de datas ou eventos no calendário municipal vem sendo reservada à lei (art. 99, XIV, LOM); lei cuja iniciativa compete ao prefeito ou a qualquer vereador (art. 143, LOM), não havendo óbices à instituição do dia de mobilização, tal como pretende o autógrafo em apreço.







MUNICÍPIO DA SERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO PREFEITO

Todavia, não se pode deixar de observar que o autógrafo de lei em apreço, para além da fixação de data comemorativa, também pretende estipular obrigações a este Ente Municipal ao determinar a possibilidade de organização, coordenação, promoção, divulgação e fornecimento de suporte estrutural e técnico pelo Poder Executivo (art. 2º §§2º e 3º), bem como que a realização do evento será custeada mediante a disponibilização de recursos orçamentários específicos provenientes do orçamento municipal (art. 3º).

Esta Procuradoria tem se manifestado em outros pareceres, quando da apreciação dos autógrafos de lei que lhe são submetidos, que o legislativo deve atuar em seus limites legais ao adentrar na esfera das políticas públicas.

O entendimento que adotamos é que ao Poder Legislativo, como o próprio nome já permite entrever, cabe, notadamente, a função de estabelecer, por meio da legislação, o arcabouço principiológico que servirá de base para a elaboração e implementação de políticas públicas por parte do Poder Executivo, não cabendo a ele definir programas ou campanhas.

Nesse sentido, é de competência privativa do Prefeito Municipal exercer a direção superior da Administração Municipal, dispondo acerca de sua organização e funcionamento, assim como determina o parágrafo único, II, do art. 143 da Lei Orgânica do Município de Serra, que guarda simetria com o art. 63, II da Constituição Estadual e com o art. 84, II, Constituição da República:

Art. 143 [...] Parágrafo Único. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

II - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

Art. 63. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Constituição.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

III - **organização administrativa**, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

[...]

A jurisprudência do E. TJES é uníssona ao tratar sobre essa matéria, tendo, inclusive, sumulado seu entendimento, pois vejamos:







MUNICÍPIO DA SERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **GABINETE DO PREFEITO**

Súmula 09 TJES - É inconstitucional lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que disponha sobre matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Entendemos, portanto, que os §§1º e 2º do artigo 2º e o artigo 3º do autógrafo em apreço padecem de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, por conterem disposições cuja atribuição para dispor é exclusiva do Chefe do Executivo Municipal.

Ante o exposto, concluímos pela possibilidade de veto parcial ao autógrafo de lei quanto aos §§1º e 2º do artigo 2º e ao caput do artigo 3º da proposta, vez que padecem de inconstitucionalidade formal em razão do vício de iniciativa, na forma do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra.

Assim, embora se reconheça a boa intenção do legislador, essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal da Serra.

> WEVERSON VALCKER MEIRELES:12493551761
> MEIRELES:1249355 Dados: 2025.07.29 1761

Assinado de forma digital por WEVERSON VALCKER 13:45:29 -03'00

WEVERSON VALKER MEIRELES

Prefeito Municipal

Processo PMS nº 67490/2025 Processo CMS nº 243/2025 Projeto de Lei nº 43/2025







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PROCURADORIA GERAL

Processo nº. 67490/2025.

Procedência: Gabinete do Prefeito.

PARECER Nº 319/2025

Ao Gabinete do Prefeito,

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em

face do Autógrafo de Lei nº 6.184/2025, de autoria do vereador Rafael Salvador

Gracindo da Silva, cuja ementa é a sequinte: "INSTITUI NO CALENDÁRIO

OFICIAL DE EVENTOS DE SERRA, ESPÍRITO SANTO, O "DIA MUNICIPAL

DO JIU-JITSU" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Este é o breve relato dos fatos.

Os autos tratam de proposta de autoria do Legislativo Municipal, que tem como

objetivo incluir no "Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da

Cidade da Serra - Lei nº 4.950/19 o "Dia da Família Atípica" (cf. art. 1º da

propositura).

Pois bem, este Ente Municipal não dispõe de legislação voltada à fixação de

critérios para a instituição de datas ou eventos no calendário da

Municipalidade, sendo a matéria tratada como "assunto de interesse local", que

o Município tem competência para dispor nos termos do art. 30, I, da LOM.

Art. 30 - Compete ao Município da Serra:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ou seja, a fixação de datas ou eventos no calendário municipal vem sendo

reservada à lei (art. 99, XIV, LOM); lei cuja iniciativa compete ao prefeito ou a

qualquer vereador (art. 143, LOM), não havendo óbices à instituição do dia de

mobilização, tal como pretende o autógrafo em apreço.

1/5



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PROCURADORIA GERAL

Todavia, não se pode deixar de observar que o autógrafo de lei em apreço, para além da fixação de data comemorativa, também pretende estipular obrigações a este Ente Municipal ao determinar a possibilidade de organização, coordenação, promoção, divulgação e fornecimento de suporte estrutural e técnico pelo Poder Executivo (art. 2º §§2º e 3º), bem como que a realização do evento será custeada mediante a disponibilização de recursos orçamentários específicos provenientes do orçamento municipal (art. 3º).

Esta Procuradoria tem se manifestado em outros pareceres, quando da apreciação dos autógrafos de lei que lhe são submetidos, que o legislativo deve atuar em seus limites legais ao adentrar na esfera das políticas públicas.

O entendimento que adotamos é que ao Poder Legislativo, como o próprio nome já permite entrever, cabe, notadamente, a função de estabelecer, por meio da legislação, o arcabouço principiológico que servirá de base para a elaboração e implementação de políticas públicas por parte do Poder Executivo, não cabendo a ele definir programas ou campanhas.

Nesse sentido, é de competência privativa do Prefeito Municipal exercer a direção superior da Administração Municipal, dispondo acerca de sua organização e funcionamento, assim como determina o parágrafo único, II, do art. 143 da Lei Orgânica do Município de Serra, que guarda simetria com o art. 63, II da Constituição Estadual e com o art. 84, II, Constituição da República:

Art. 143 [...] Parágrafo Único. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]
II - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

Art. 63. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Constituição.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PROCURADORIA GERAL

[...]

III - **organização administrativa**, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- VI dispor, mediante decreto, sobre:
- a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Logo, quando tomada por vereador, a iniciativa da lei que disponha sobre estrutura, organização e funcionamento da administração municipal, e, em especial, acerca de programa de governo, padece de vício da iniciativa, vejamos a título ilustrativo os seguintes arestos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE CRIA PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO E ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU. Compete privativamente ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal (art. 82, VII da CE). São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal leis que disponham sobre aumento de remuneração de cargos, funções e empregos públicos, bem como, seu regime jurídico (art. 60, II, letras a e b da Constituição Estadual). Tem-se invasão direta na competência privativa do Prefeito, lei de iniciativa do Poder Legislativo, que crie programa de qualificação e elevação de escolaridade dos servidores municipais, estabelecendo ainda, diretrizes e políticas de qualificação profissional, com o estabelecimento de gratificação adicional à remuneração dos servidores. Ofende, também, a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da separação dos poderes (CF, art. 2º). Precedentes do STF e desta Corte. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.UNÂNIME. (ADI: 70055649461 RS , Relator: Marco Aurélio Heinz, Data de Julgamento: 25/11/2013, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/12/2013).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL Nº PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO. PARLAMENTAR. VÍCIO FORMAL. I - A LEI Nº 4.121/2008, QUE INSTITUIU PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO, CRIA ATRIBUIÇÕES E DESPESAS PARA A ADMINISTRAÇÃO, MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. PORTANTO, A CÂMARA DISTRITAL NÃO TEM INICIATIVA, COMPETINDO-LHE APENAS VOTAR PROJETO DE LEI QUE SEJA APRESENTADO PELO PODER EXECUTIVO. II -DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DISTRITAL 4.121/08, EM FACE DOS ARTS. 71, INCS. IV E V DO § 1°, E 100, INCS. IV, VI E X, DA LODF, COM EFEITOS EX TUNC E EFICÁCIA ERGA OMNES.(TJ-DF - ADI: 163346020118070000 DF 0016334-60.2011.807.0000, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/04/2012, Conselho Especial, Data de Publicação: 14/05/12, DJ-e).





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PROCURADORIA GERAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE -Lei Complementar qº 199/11 do Município de Suzano -Instituição do "Programa Lixo Consciente Uma Idéia Reciclável", de caráter ambiental e finalidade educativa à população loca!, indicando órgão da Administração que exercerá a atividade, bem como criando maiores despesas sem indicação da fonte - Invasão da competência privativa do Poder Executivo, ente ao qual incumbe a tarefa t de administrar o Município -Suspensão da eficácia da lei mencionada. Procedência da ação para declarar inconstitucional a Lei Complementar nº 199/11 do Município de Suzano.(TJ-SP - ADI: 33030820128260000 SP 0003303-08.2012.8.26.0000, Relator: Luiz Antonio de Godov, Data de Julgamento: 13/06/2012, Órgão Especial, Data de Publicação: 25/06/2012)

A jurisprudência do E. TJES é uníssona ao tratar sobre essa matéria, tendo, inclusive, sumulado seu entendimento, pois vejamos:

> Súmula 09 TJES - É inconstitucional lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que disponha sobre matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Entendemos, portanto, que os §§1º e 2º do artigo 2º e o artigo 3º do autógrafo em apreco padecem de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, por conterem disposições cuja atribuição para dispor é exclusiva do Chefe do Executivo Municipal.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluímos pela possibilidade de veto parcial ao autógrafo de lei quanto aos §§1º e 2º do artigo 2º e ao caput do artigo 3º da proposta, vez que padecem de inconstitucionalidade formal em razão do vício de iniciativa, na forma do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra.

Serra/ES, 17 de julho de 2025.

ALESSANDRA COSTA FERREIRA NUNES



4/5





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PROCURADORIA GERAL Procuradora-Geral do Município OAB/ES Nº 11.483





